



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/ LICENÇA AMBIENTAL DE  
INSTALAÇÃO**

Nº 013/2023



A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 5.138/2023 e parecer técnico nº 28/2023, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à:

**1. EMPREENDEDOR**

Nome: K5 NEXT BARRA NORTE INCORPORADORA SPE LTDA  
Endereço: Av. Nereu Ramos, nº 570-D, Sala 102 B, Bairro Centro, Chapecó/SC  
CEP: 89.801-020 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
CPF / CNPJ: 45.971.489/0001-87

**2. PARA ATIVIDADE DE**

Atividade: 71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)  
Empreendimento: K5 Next Barra Norte Incorporadora SPE LTDA  
Porte: Pequeno  
Potencial Poluidor Geral: Médio

**3. LOCALIZADA EM**

Endereço: Rua Bibiano dos Santos, nº 19, Bairro Pioneiros  
DIC: 20540  
CEP: 88.331-095 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 734.518,8 – (Y): 7.014.769,24

**4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional e autoriza a instalação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

- 5.1. Nome do Empreendimento: K5 Next Barra Norte Incorporadora SPE LTDA.
- 5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-I-C – Zona de Ambiente Construído Consolidada.
- 5.3. Descrição: Edifício de uso misto de 25 pavimentos, com área total construída de 5.110,37 m².
- 5.4. Necessidade de supressão vegetal: Sim (Protocolo nº 38.040/2023 – Árvores Isoladas).
- 5.5. Drenagem pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem pluvial.
- 5.6. Efluentes sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto.
- 5.7. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do Município.
- 5.8. Abastecimento de água: Atendido pela rede de abastecimento pública.
- 5.9. O empreendimento não prevê atividades de terraplanagem.

**6. PROGRAMAS AMBIENTAIS**

- 6.1. PGRCC – Plano de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil (fase de Instalação)
- 6.2. Programa de Monitoramento de Ruídos (fase de Instalação)
- 6.3. Projeto de Arborização Urbana (fase de Instalação)
- 6.4. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (fase de Operação)

**7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

7.1. ART nº 8915233-8

Responsável técnico: Gibran Malschitzky (CREA 092656-4)

Atividades: Relatório Ambiental Prévio, Plano de Gestão Ambiental (PGA), Projeto de Arborização Urbana

7.2. TRT nº CFT2302828576

Responsável técnico: Patricia Rodrigues dos Santos (Registro 02148624962)

Atividades: Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), Plano de Gestão Ambiental (PGA)

7.3. RRT nº 12098980

Responsável técnico: Eduardo Bossini (CAU 000A593745)

|  |
|--|
| Atividades: Projeto Arquitetônico                      |
| 7.4. RRT nº 13438332                                   |
| Responsável técnico: Crenilson Corrêa (CAU 000A635790) |
| Atividades: Projeto Executivo                          |

## 8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES

|  |
|--|
| 8.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO, nos termos da Instrução Normativa nº 06 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, durante o período de vigência da LAP/LAI.  |
| 8.2. A Licença Ambiental viabiliza a localização, concepção e instalação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.  |
| 8.3. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia deste documento no local durante a instalação da atividade, sendo imprescindível que todos os profissionais envolvidos no empreendimento tenham conhecimento do exposto neste documento.   |
| 8.4. A presente licença não autoriza a supressão de vegetação nativa.  |
| 8.5. Quanto à movimentação de solos:<br>8.5.1. O empreendimento não prevê atividades de terraplanagem ou rebaixamento do lençol freático.  |
| 8.6. Quanto aos resíduos sólidos:<br>8.6.1. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRCC) deverá ser mantido com acompanhamento de responsável técnico durante toda a validade da Licença Ambiental, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).<br>8.6.2. Os resíduos da construção civil gerados durante a implantação da atividade deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, sendo corretamente segregados e destinados.<br>8.6.3. Deverão ser implantados locais específicos de separação dos resíduos gerados durante todas as fases da obra de implantação, até sua destinação final, conforme NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT.<br>8.6.4. Resíduos perigosos deverão ser armazenados em local com piso impermeável, cobertura e dispositivo de contenção.<br>8.6.5. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.<br>8.6.6. Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação. |
| 8.7. Quanto aos efluentes líquidos:<br>8.7.1. No canteiro de obras, os efluentes sanitários deverão ser encaminhados à rede pública municipal (EMASA).<br>8.7.2. Os efluentes provenientes da lavagem dos equipamentos da obra deverão ser direcionados à caixa de retenção de sólidos e reaproveitados.<br>8.7.3. A lavagem de materiais contaminados, como pincel e latas de tintas não secas, deverá ser realizada em tanques isolados, devendo seus resíduos (sólidos e líquidos) ser posteriormente destinados a empresas licenciadas.  |
| 8.8. Quanto à drenagem pluvial:<br>8.8.1. O sistema de drenagem pluvial deverá ser instalado conforme projeto aprovado pela Prefeitura.  |
| 8.9. Quanto à arborização:<br>8.9.1. O empreendedor deverá executar o projeto de arborização no prazo de validade desta licença.<br>8.9.2. Apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, compensação ambiental por meio de doação de 30 (trinta) mudas nativas, referente ao corte de 02 exemplares arbóreos nativos, concernente à Autorização de Corte (AuC) nº 30/2023. As mudas a serem doadas devem estar em conformidade com o Art. 8º da Lei Municipal nº 4.107/2018.  |
| 8.10. Quanto à fauna:<br>8.10.1. Havendo necessidade de resgate/relocação da fauna, este deverá ser realizado sob orientação e acompanhamento técnico de profissional habilitado.  |
| 8.11. Quanto à prevenção de poluição:<br>8.11.1. Caso ocorram vazamentos no solo, o solo contaminado deverá ser removido e armazenado temporariamente em recipiente fechado de uso específico, devendo ser destinado de maneira ambientalmente correta.<br>8.11.2. Deverão ser atendidos os limites de nível de pressão sonora estabelecidos pela NBR 10.151.<br>8.11.3. O uso de equipamentos ruidosos deverá ser restrito aos períodos entre 8h e 12h e entre 14h e 18h.<br>8.11.4. Deverá ser realizada a limpeza dos pneus na saída dos canteiros de obras.<br>8.11.5. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados (poeiras e gases), adotando as medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.<br>8.11.6. Todos os equipamentos utilizados devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento.<br>8.11.7. Em caso de emergência, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.   |
| 8.12. Quanto às demais condições de validade:  |

8.12.1. Deverão ser apresentados, **até o dia 31 de janeiro de cada ano**, durante toda a fase de instalação, relatórios técnicos de controle e acompanhamento do cumprimento das condições específicas e condicionantes da licença ambiental. Os relatórios deverão conter, no mínimo: I) Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF; II) Cópias dos relatórios periódicos de execução do PGRCC; III) Cópia da ART do profissional responsável pela execução do PGRCC; IV) Cópia dos relatórios trimestrais de monitoramento dos níveis de ruído do empreendimento; V) Cópia da ART do profissional responsável pela execução do Programa de Monitoramento de Pressão Sonora; VI) Cópia dos relatórios semestrais de execução e acompanhamento do Projeto de Arborização Urbana; VI) Relatório Fotográfico do cumprimento das condicionantes; VIII) Outros documentos comprobatórios Pertinentes.

8.12.2. Deverá ser afixada no local da obra, e mantida em boas condições durante toda a fase de implantação do empreendimento, placa alusiva à licença ambiental, contendo, minimamente, as seguintes informações: Nome/Razão social do empreendedor, CNPJ, atividade, responsável técnico, número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

## 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.

9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual nº 14.675/09, artigo 42.

9.4. Retificações e recursos administrativos relativos à presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

## 10. CONDIÇÕES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO)

10.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO conforme Instrução Normativa Nº 06 do IMA, juntamente aos documentos listados abaixo:

10.2. Relatório técnico de controle, acompanhado de registro fotográfico, apresentando o efetivo cumprimento dos planos e programas propostos no licenciamento ambiental e das condições específicas da LAP/LAI.

10.3. Relatório contendo resumo da movimentação de resíduos sólidos da construção civil, emitidos pelo Sistema MTR do IMA – Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina.

10.4. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para Operação do empreendimento, acompanhado da respectiva ART do profissional responsável por sua elaboração.

## PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

|                     |     |          |      |
|---------------------|-----|----------|------|
| Balneário Camboriú, | 20  | setembro | 2023 |
| Local               | dia | Mês      | Ano  |

\_\_\_\_\_  
Eduarda Montibeller Schuch  
Secretária Interina de Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

## OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Esta licença não autoriza a operação do empreendimento.

V. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP/LAI.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à SEMAM sob pena de o empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.